

COLONOS SUÍÇOS X QUILOMBOLAS: A RESISTÊNCIA ESCRAVA NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

Renata Azevedo Lima
Historiadora e Mestranda em Arqueologia do Museu Nacional (UFRJ).

O objeto deste trabalho é uma localidade chamada Quilombo, situada na região serrana do município de Casimiro de Abreu, estado do Rio de Janeiro. Além da curiosidade que este nome desperta, o caminho rumo ao Quilombo e a chegada no local aumentam as questões sobre seu passado. São cerca de seis quilômetros de subida bem íngreme, estrada de chão sinuosa, cheia de buracos, pedras e, em caso de chuva, atoleiros. Moradores da localidade nos informam ser esta uma estrada recente, aberta para a passagem de carros, sendo conservada a trilha antiga, mais estreita.

Nas margens do caminho de acesso bem como no Quilombo a mata atlântica é abundante, de diversificada fauna e flora, sendo fartas as fontes e cachoeiras. A mais de 700 metros de altitude, a posição geográfica do Quilombo é estratégica, pois permite que a chegada de visitantes seja avistada à distância.

Suas características geográficas muito se assemelham às do famoso Quilombo de Palmares, localizado em Alagoas. Palmares é situado na Serra da Barriga e para chegarmos até ele é necessário subir cerca de 9 quilômetros, sendo cercado por uma cadeia de montanhas verdejantes.

No Quilombo de Casimiro de Abreu, foram procurados descendentes de quilombolas, vestígios de fortificações, instrumentos de trabalho e defesa, registros da cultura de resistência à escravidão. Entretanto, não foi possível encontrá-los. Os atuais habitantes do Quilombo são descendentes de imigrantes suíços ou alemães, mais especificamente da família Schueler e Boyer. Lá está erguido um lugarejo de poucas casas, uma pousada, uma escola e algum comércio, sendo praticada a agricultura familiar.

Que hipóteses formar a partir desta realidade? Onde estariam as fontes que provassem já terem existido negros lá e explicassem porque não mais estão? Que outras fontes poderiam remeter ao tipo de vida e organização que tinham estes negros quando moravam no Quilombo? As famílias de descendentes de colonos europeus poderiam auxiliar nas respostas a estas questões?

O livro “A gênese de Nova Friburgo”, do historiador suíço Martin Nicoulin, contribuiu com fontes primárias que apontaram para os colonos europeus, em especial suíços, mas também

os portugueses, como agentes destruidores de quilombos nas regiões de Friburgo e Macaé – a qual Casimiro de Abreu pertencia no século XIX. Diante da escassez e talvez inexistência de fontes documentais produzidas pelos quilombolas de Casimiro de Abreu, foram utilizados para o estudo do Quilombo documentos produzidos pelos agentes que atuaram na sua repressão, no caso os colonos suíços e portugueses.

Foram pesquisadas três cartas, todas em francês; duas assinadas por Quevremont, encarregado da polícia dos colonos suíços de Nova Friburgo; e outra, cujo autor é Antoine Cretton, um colono suíço; além de um mapa que mostra a localização das terras da colonização helvética. Estes documentos foram encontrados na Biblioteca Nacional (Seção de Manuscritos); no Pró-memória de Friburgo (RJ) e a carta de Antoine Cretton foi enviada da Suíça a mim por Martin Nicoulin, historiador membro da Associação Fribourg (Suíça) – Nova Friburgo (Brasil).

A seguir, as cartas e o mapa foram reproduzidos e analisados, sendo destacados os trechos e dados que se referem aos quilombos. A primeira carta analisada, que convencionamos chamar Carta 1, foi assinada por Quevremont e escrita em 6 de setembro de 1822. Nela, os colonos suíços se responsabilizam pela utilização de “meios reprováveis”, como a destruição de quilombos, para a ocupação das terras que lhes foram concedidas por D. Pedro I.

CARTA 1:

Esses colonos convieram que estas terras lhes foram concedidas em virtude das decisões de S.A.R. [Sua Alteza Real], o Príncipe Regente, em 10/09/1821 e que elas tinham sido retomadas de maneira reprovável, pois para apossá-las eles tiveram que destruir os quilombos que lá existiam desde aproximadamente doze anos¹.

Neste trecho os colonos dizem que receberam terras de S.A.R, Sua Alteza Real, Pedro I, em 1821 e que, para ocupá-las, foi necessário destruir os quilombos existentes naquelas localidades.

A segunda carta, que convencionamos chamar de Carta 2, data de 14 de maio de 1823 e foi assinada por Antoine Cretton, um colono suíço. A motivação para a destruição do quilombo, alegada pelos suíços, também foi a aquisição de terras, como na Carta 1, entretanto, desta vez os colonos já as possuíam e estavam à procura de outras, mais férteis e lucrativas. Nesta carta, Cretton conta a seu irmão as vantagens econômicas de se morar no Brasil pela facilidade de cultivo do café e narra um encontro entre suíços e quilombolas.

CARTA 2:

A terra que cultivamos, não sendo própria para a cultura do café e do açúcar, eu [Antoine Cretton] quero abandoná-la para me dedicar a esse tipo de cultura, já

que cada milheiro de pé de café que plantamos, depois de três anos, produz mil francos a cada ano. (...) O desejo de ter uma plantação nos levou a fazer excursões nos bosques virgens. Há tempos, vinha-se falando de um terreno onde ninguém havia posto os pés. Vários colonos reuniram-se com esse fim. Formou-se uma caravana de dezesseis pessoas munidas de víveres para vinte dias. Pegamos um português para batedor porque é impossível penetrar na mata virgem sem estar armado com pelo menos um facão. Ao cabo de oito dias de marcha, deparamos com um quilombo; é um esconderijo de negros fugidos que, para escaparem das crueldades dos portugueses, vão viver juntos em montanhas quase inacessíveis. Esses negros são muito perigosos quando em número superior ao de brancos e espertíssimos, pois é quase impossível chegar a seu refúgio sem risco de vida. Eis o que fazem para não serem encontrados: cavam em todos os caminhos que chegam até lá valas do tamanho de um homem, cheias de estacas pontiagudas; cobrem a abertura com folhas, de modo a disfarçar a armadilha. Meu genro Laurent Schottenberger, que também fazia parte da caravana, caiu num buraco desses, felizmente só com uma perna; safou-se, mas com o pé atravessado por uma estaca. Mas qual não foi nossa surpresa ao deparar de repente com oito negros que, de flechas estiradas, ameaçavam transpassar-nos o peito! Entretanto, nos impusemos pela força e os obrigamos a nos dar todas as informações sobre aquelas terras. Ao nosso retorno à colônia, foi feita uma declaração ao diretor e a autoridade de lá enviou vinte homens armados para prender estes bandidos, o que transcorreu com sucesso, mas fomos obrigados a prendê-los de maneira reprovável. Eles eram em número de 18, tanto homens quanto mulheres.

Por ter ajudado a fazer esta descoberta, obtive uma légua de terreno com a escolha de onde melhor me parecia. Eu me situei precisamente no local onde estes dezoito negros haviam feito uma plantação. Este terreno encontra-se já em grande parte desmoitado e cultivado, aqui eu encontrei batata doce e um grande número de bananeiras, cuja fruta é excelente, alguns pés de café e de cana de açúcar.²

O relato de Antoine Cretton narra que o encontro entre suíços e quilombolas terminou com a prisão destes, 18 homens e mulheres, feita pela autoridade da colônia dos suíços. Como prêmio por ter delatado a existência deste quilombo, Antoine Cretton recebeu a permissão de se apropriar de uma légua de terreno dos quilombolas. Ele escolheu o que já estava plantado com banana, café e cana de açúcar.

A última carta, que convencionamos chamar Carta 3, data de 23 de fevereiro de 1823 e foi escrita por Quevremont, encarregado da polícia dos colonos suíços de Nova Friburgo, dentre outros autores.

O fragmento da carta trata de uma expedição ao Quilombo, feita por portugueses e narrada por um colono suíço.

CARTA 3:

No dia 25 de fevereiro do ano de mil oitocentos e vinte e três, à noite, compareceu diante do encarregado de polícia dos colonos (...) o colono Jean Antoine Musy, chegando da fazenda de São Pedro, próximo ao alto de Macaé, o

qual declarou que ontem, vinte e quatro, ele encontrou na acima mencionada fazenda de São Pedro seu filho, Jean Jacinte, que lhe disse que no corrente da semana anterior ele tinha tido a visita na Fazenda Rancho, pelo rio Sana, de quatro portugueses (...) dizendo que gostariam de ir ver o quilombo, que de fato eles foram e voltaram poucos dias depois e disseram que haviam encontrado fogo em uma casa, flechas e alguns outros objetos e que, acreditando que pertenciam a negros fugidos, eles os queimaram. O dito filho de Musy declarou assim a seu pai que os ditos portugueses, os quais tinham saído sem víveres, tinham, entretanto, voltado, carregados de um pacote (...).³

Esta carta conta a expedição de quatro portugueses ao quilombo. Não é mencionado se encontraram com quilombolas, mas que acharam objetos e os queimaram por deduzirem que, estando no quilombo, pertenciam a negros fugidos. Estes portugueses voltaram de lá com um pacote, cujo conteúdo não é mencionado.

A análise comparativa das três cartas nos indica terem sido os colonos europeus, em especial os suíços, responsáveis pela destruição – ou tentativa de destruição – de quilombos na década de 20 do século XIX, portanto nos primórdios da imigração europeia na colônia brasileira. Os portugueses se estabeleceram no Brasil desde o início do século XVI, mas os incentivos do Estado português à migração de outros povos europeus para sua maior colônia, o Brasil, ocorreram, sobretudo, no início do século XIX, sendo pioneira a colonização suíça.

Os colonos europeus eram imigrantes assim como os africanos – estes chegados ao Brasil desde o século XVI – com a diferença de que os africanos aqui chegavam compulsoriamente e como mercadoria, enquanto os europeus eram trabalhadores livres, que logo se integraram à ordem da sociedade escravista colonial, contribuindo para sua manutenção por terem se constituído como braço armado de combate à resistência escrava, por meio da destruição de quilombos.

A Carta 1 relata que os colonos suíços destruíram quilombos, concedendo informação aproximada sobre o tempo de vida destas organizações. Eles respaldam seu ato de destruição na decisão de D. Pedro I, que lhes concedeu aquelas terras quilombolas. O fim do quilombo se constituía, portanto, na condição fundamental para que ocupassem a terra; apesar desta justificação, caracterizam seu ato como reprovável.

A Carta 2 nos fornece informações sobre a organização de defesa do quilombo, feita através da construção de armadilhas para impedir a chegada dos inimigos e do uso de arco e flecha, caso os inimigos conseguissem transpor a barreira das armadilhas. É necessário destacar a criminalização dos habitantes do quilombo, e para o aparato repressivo – vinte homens armados – com que contaram os colonos depois de relatarem o desfecho de sua expedição ao diretor da

colônia. O destino daqueles dezoito homens e mulheres quilombolas não é bem explicado, mas se imagina ter ocorrido tortura, pois é dito que foram presos de maneira reprovável. A carta também relata o tipo de recompensa que o colono delator conseguiu: um terreno de uma légua com plantações feitas pelos quilombolas.

A Carta 3 trata de uma expedição feita por portugueses ao quilombo, entretanto, sem contato com os quilombolas. Unindo-se a este o fato de terem encontrado uma casa queimada, além de flechas e outros objetos, concluímos que muito possivelmente antes da chegada daqueles portugueses uma outra expedição de destruição àquele quilombo já acontecera, resultando ou na captura dos quilombolas ou em sua fuga repentina, não havendo tempo nem para recolherem seus pertences.

Afinal, o(s) quilombo(s) foi (foram) ou não destruído(s)? E que relação podemos estabelecer entre o bairro “Quilombo”, atualmente localizado no município de Casimiro de Abreu, e as fontes supracitadas? Para responder a estas questões, utilizaremos as referências de tempo e espaço que estas três cartas da colonização nos fornecem, além de um mapa da região, datado da década de 1820, complementar à Carta 1.

As datas em que as três cartas foram escritas são bem próximas: seis de setembro de 1822 (Carta 1); 14 de maio de 1823 (Carta 2) e 25 de fevereiro de 1823 (Carta 3), o que facilita o estabelecimento de uma relação entre seus conteúdos. A Carta 1 relata a destruição de quilombos para a ocupação das terras onde estavam instalados; a 2 trata da prisão de 18 quilombolas (homens e mulheres), o que não nos permite precisar se todo o quilombo foi destruído, por não sabermos se aquelas 18 pessoas correspondiam a sua população total; a Carta 3 fala de um quilombo abandonado, com uma casa queimada, o que não nos permite afirmar que ele fora cabalmente destruído. Portanto, apenas a Carta 1 relata a destruição de quilombos, as demais narram a existência de quilombos e tentativas de destruí-los, que não sabemos se foram ou não bem sucedidas. Pelo conteúdo destas fontes, não é possível precisar qual se refere ao Quilombo, atualmente localizado em Casimiro de Abreu, mas sabemos que os quilombos a que se referem estavam nesta região pelas referências geográficas citadas.

Inicialmente é importante considerar que o município de Casimiro de Abreu foi criado em 1925. A região de estudo neste trabalho, hoje denominada Casimiro de Abreu, no século XIX estava contida nos municípios e vilas de Nova Friburgo e Macahé, Província do Rio de Janeiro. Portanto, as fontes do começo do século XIX não tratam de Casimiro de Abreu, mas de Nova Friburgo e Macahé, hoje escrito “Macaé”.

A seguir, analisaremos o mapa encontrado na junto à Carta 1, o qual mostra a região das terras concedidas aos colonos suíços por Pedro I.



Em suas margens estão os pontos cardeais (norte, sul, leste, oeste). O desenho central do mapa mostra o encontro dos Rios Sana e do Macahé. Ligando leste e oeste está o Rio do Macahé e, perpendicular a ele, na direção norte, está o Rio Sana. Ao redor destes rios encontram-se as

Texto discutido em 16/08/2010

terras concedidas aos colonos. Os lotes aparecem divididos e nomeados com os sobrenomes das famílias proprietárias: Perrier, Perroud, Musy, Schueller, Stöcklin, Bohrer, Anklin, Moser, Pastine, Probst, Mayer, Monnerat e Mettraux. Abaixo do Rio do Macahé, na direção sul, está o Rio do São João e o lugarejo Barra de São João, hoje pertencentes ao município de Casimiro de Abreu.

A atual região do Quilombo está localizada a cerca de 5 km a oeste do Rio Sana e aproximadamente 2 km a sul do Rio Macahé, onde no mapa estão as terras da família Schueller. As referências geográficas citadas nas três cartas fazem menção a rios e localidades que constam no mapa, como veremos.

CARTA 1:

(...) Esses (...) colonos [suíços] me encarregaram [Quevremont, encarregado da polícia dos colonos suíços de Nova Friburgo] de suplicar a Vossa Excelência de bem querer: 1º - Fazer expedir as providências necessárias notadamente junto à Câmara do Distrito de Macaé, para que esta faça respeitar as terras que haviam sido acordadas e as que são destinadas aos colonos; 2º - Fazer determinar os limites do território da Nova Friburgo, do lado do Distrito de Macaé e do lado de São João.

CARTA 2:

(...) nosso terreno descoberto, (...) nós chamamos Macaé, por causa de um grande rio que aqui passa e na embocadura do qual há uma pequena vila que tem este nome(...).

CARTA 3:

(...) ele encontrou na acima mencionada fazenda de São Pedro seu filho, Jean Jacinte, que lhe disse que no corrente da semana anterior ele tinha tido a visita na Fazenda Rancho, pelo rio Sana, de quatro portugueses (...).

As três cartas têm as seguintes referências geográficas: distrito de Macaé, São João, Macaé, grande rio [Rio Macahé] e rio Sana. Embora o mapa seja da Carta 1, os locais citados nas demais cartas também são visualizados neste mapa, do que se conclui que esta região tinha quilombos pelo menos no início da década de 1820, de quando são as três cartas.

A existência destes quilombos foi ameaçada pelos colonos europeus, em especial suíços, que ocuparam a região e dispuseram de um aparato repressivo, denominado “polícia dos colonos suíços”, para consolidar sua colonização.

A região de Quilombo, localizada na serra de Casimiro de Abreu (RJ), tem em seu nome um vestígio da presença negra, que é comprovada por dados oficiais. Nos Relatórios de Presidente de Província do Rio de Janeiro, o mais antigo dos censos populacionais é de 1840.

Seus dados não devem ser tomados como valores absolutos, mas como parâmetros que indica, em linhas gerais, a composição populacional da região. As informações da população de Casimiro de Abreu aparecem com as denominações de “freguesia de São João Baptista” e “freguesia da Sacra Família”, pertencentes ao município de Macaé; pois o município de Casimiro de Abreu só foi assim nomeado em 1925. Segundo este senso de 1840, a população de escravos homens e mulheres na freguesia de São João Baptista era de 1106 pessoas, enquanto na freguesia da Sacra Família era de 2239. Sendo a população total de São João igual a 2032 pessoas e a de Sacra Família 4201, o contingente de cativos corresponde a 54% e 53% da população de cada localidade, respectivamente.⁴

Com mais da metade da população escrava, fica nítida a sua importância para a economia regional, o que se estende ao Brasil que, durante toda a colônia e o império, teve suas riquezas construídas majoritariamente pelo braço negro cativo. Entretanto, a resistência escrava ao cativeiro ocorreu desde o início dos tempos coloniais, sendo o quilombo uma destas muitas formas de luta.

Numa visita ao Quilombo de Casimiro de Abreu, soubemos que a última família de negros que lá morava foi expulsa há cerca de 40 anos, havendo neste ato a participação de descendentes de colonos suíços que lá residem.

NOTAS FINAIS:

1. Officio assinado pelo encarregado da polícia dos colonos suíços..., Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II – 34/21/28, 1822.
2. CRETTON, Antoine. Une lettre de la Nouvelle Fribourg (1823). In *Annales Fribourgeoises*, 1924, p. 195-196.
3. MUSY, Jean; CHEVRANT, Georges; SINNER, Charles; METTRAU, Simon A.; QUEVREMONT. Cartas da Colônia. Arquivo da Prefeitura de Nova Friburgo – Pró-Memória, Caixa 3, 1823.
4. BRASIL. Quadro estatístico da população da Província do Rio de Janeiro segundo as condições, sexos e cores – 1840, IN Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza. Segunda edição. Nictheroy: Typ. de Amaral & Irmão, 1851 disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/771/000109.html>> Acesso em: 15/08/2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, João R., MAYER, Jorge Miguel – Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Editora ao Livro Técnico, 2003.
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1980.
- HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do

século XIX, tradução de Francisco de Castro Azevedo, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MAYER, Jorge Miguel. Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo. Vol. 1. Niterói: 2003.

MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1993.

NICOULIN, Martin. A gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil, 1817 – 1827. S.l.: Fundação Biblioteca Nacional e Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, s.d.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Crise e resistência no escravismo colonial. Passo Fundo: UFP, 2002.